

O imperativo do agradável e o ensino de Filosofia: alguns apontamentos

The imperative of pleasantness and the teaching of philosophy: some notes



10.21680/1983-2109.2024v31n66ID36090

Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

christian.guimaraes.vincigmail.com

Resumo: Esse ensaio procurará pensar o ensino de Filosofia na contemporaneidade, compreendendo como um espaço aberto para a forja de exercícios filosóficos, em diálogo com Michel Foucault, em desalinho com a instauração do imperativo da felicidade em nossa sociedade. Em primeiro lugar, experimentaremos apresentar algumas discussões contemporâneas sobre a lógica neoliberal e a construção daquilo que alguns autores diagnosticaram como a prevalência de um imperativo da felicidade, responsável por instigar o discurso que compreende a Filosofia em sua forma escolar como

um saber desinteressante e inútil. Na sequência, recuperando algumas discussões foucaultianas, rascunharemos alguns apontamentos sobre o caráter tensionador e desconfortante dos exercícios filosóficos, exercícios extemporâneos sempre a favor de um tempo porvir, pouco coadunados com as demandas práticas da atualidade e, por esse motivo, definidos como algo perigoso para os poderes estabelecidos.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Exercícios Filosóficos; Michel Foucault.

Abstract: This essay aims discuss the teaching of Philosophy in contemporary times based on dialogue with Michel Foucault and other contemporary authors, understanding it as an open space for the forging of philosophical exercises and in disarray with the establishment of the imperative of happiness in our society. Firstly, we will try to present some contemporary discussions about neoliberal logic, responsible for instigating the discourse that understands Philosophy in its school form as uninteresting and useless knowledge. Next, based on certain Foucauldian discussions, we will sketch some notes on the tensioning and uncomfortable nature of philosophical exercises.

Keywords: Philosophy Teaching; Philosophical Exercises; Michel Foucault.

Introdução

Não raro, em nosso país, o ensino de Filosofia¹ se vê às voltas com a necessidade de justificar a sua importância formativa e a batalhar por seu direito de existir. Uma breve mirada para a história de sua implementação nos

¹ Para os fins desse ensaio, optamos por grafar Filosofia com “F” maiúsculo por se tratar de sua forma escolar. Adiantamos que, quando discutirmos o discurso filosófico, optaremos por trabalhar com a ideia foucaultiana (1984) de *exercícios filosóficos*.

ajuda a delinear, ainda que sumariamente, o confuso itinerário dessa disciplina na Educação Básica. Em 1942, com a reforma Capanema, transmutada em uma disciplina obrigatória, considerou-se a importância da Filosofia para o fomento de uma formação cultural geral, seu ensino deveria ser embebido de ares enciclopédicos e conviria ceder pouco espaço ao debate geral de ideias (BOMENY, 2001). A disciplina de Filosofia, em outras palavras, gestou-se visando conceder uma visão panorâmica e pretensamente imparcial dos/as grandes/as pensadores/as de nossa tradição ocidental de pensamento, pautando-se mais na transmissão de um conteúdo pronto do que propriamente na formulação de discussões de fôlego. Em 1961, com a Lei 4.024/61, esse modelo foi revogado e a Filosofia tornou-se uma disciplina complementar, cabendo a cada instituição deliberar o quão relevante ou não seria mantê-la nos currículos. Dez anos depois, através da Lei n.5.692/71, acabou sendo retirada efetivamente dos currículos por não atender aos interesses políticos, ideológicos e econômicos da ditadura militar aqui implementada – para quem as disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e de Educação Moral e Cívica já cumpriam uma função análoga à da Filosofia que, ademais, pouco coadunava com a visão tecnicista concedida ao ensino pelo governo ditatorial. Apenas na década de 1980 voltamos a discutir o seu retorno aos currículos, mas não sem atritos (RODRIGUES, 2012). Para alguns, ainda muito presos ao ideário tecnicista impingido ao ensino pelo regime militar, a Filosofia parecia pouco poder contribuir para a formação almejada pelo mercado; para outros, mais cientes de sua importância para a formação cidadã demandada pela redemocratização, ela possuiria um papel fulcral. Ora, passada a constituinte e a promulgação de uma série de documentos normativos, como a LDB de 1996, a Filosofia gradativamente foi ocupando espaço até o momento em que, no ano de 2008, conquistamos novamente o direito à sua

obrigatoriedade. Sequer completamos dez anos dessa conquista, contudo, tivemos a revogação dessa obrigatoriedade com a aprovação da lei nº 13.415/2017 e a homologação da *Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio* (BNCC/EM). Como explicar essas idas e vindas da disciplina de Filosofia, bem como esse constante desinteresse por seu ensino em nosso país?

Os argumentos utilizados para a insensatez vivenciada na década de 2010 repetiam uma velha cantilena, ecoavam o mantra tecnicista presente nas discussões sobre os sentidos da educação brasileira desde pelo menos a ditadura militar, qual seja: visando atender as novas demandas formativas do mercado, urge reformar a Educação Básica, mormente o Ensino Médio, retirando disciplinas desinteressantes e, em tese, pouco úteis². Tal qual outras tantas disciplinas, como a Sociologia e as Artes, nesse novo ímpeto reformista vivenciado em 2010, a Filosofia deveria ceder espaço aos ditos itinerários formativos, em tese mais condizentes com a formação neoliberal socialmente almejada. Além disso, o expurgo dessas disciplinas dos currículos escolares, apregoaram seus detratores, permitiria ainda frear a evasão escolar, uma vez que, privado desses conteúdos programáticos anacrônicos, o ensino voltaria a soar interessante. Após inúmeras lutas contra essa desfaçatez, conquistamos a revogação parcial da lei nº 13.415/2017³ e retornamos com a obrigatoriedade do ensino de Filosofia. Embora não falem motivos para comemoração, deparamos agora com inúmeras medidas implementadas por

² Nesse sentido, o Brasil não deixa de seguir uma tradição mundial. Alexandre Filordi de Carvalho (2017), ao comentar sobre os desafios mundiais para a manutenção do ensino de Filosofia, recorda-nos da reforma empreendida no sistema educacional japonês em meados da década de 2010, responsável por cortar inúmeras disciplinas de humanidades em prol de disciplinas que realmente contemplem as demandas da sociedade.

³ O retorno das aulas de Filosofia foi garantido pelo projeto de lei nº 5.230/2023.

governos estaduais aqui e acolá visando reduzir a carga horária dessa disciplina em suas escolas. As justificativas para essa redução não se distinguem daquelas ofertadas quando das discussões em torno do *Novo Ensino Médio* ou mesmo aquelas da época de nossa ditadura militar. Parece-nos que, embora garantido seu direito à existência, ainda necessitamos problematizar certo senso comum que acabou por atrelar a Filosofia a um certo conjunto de saberes desinteressantes e, no limite último, inúteis.

Paradoxalmente, enquanto a Filosofia ofertada nas escolas luta por seu direito de existir, percebemos um adensamento na circulação de produtos midiáticos que, de uma forma ou outra, flertam com discussões filosóficas diversas (OLIVEIRA, 2019). Atualmente, dentro das inúmeras redes sociais disponíveis, pululam vídeos e textos que, valendo-se de um conteúdo filosófico simplificado, discutem aspectos da contemporaneidade ou mesmo divulgam receitas para uma vida mais benfazeja. Podemos pensar que esse modo de colocar a Filosofia à serviço do tempo presente, traçando um diagnóstico daquilo que nos tornamos ou promovendo uma espécie de terapêutica, procurar apenas recuperar o sentido maior da atividade filosófica tal qual erigido pela modernidade (FOUCAULT, 2023), qual seja, a problematização daquilo que somos e pensamos, mas nos parece peremptório uma tal análise. A popularização da Filosofia em nossa sociedade, preferimos apostar seguindo o prognóstico lançado por Mark Fischer (2020), segue pareada com o empobrecimento do espaço de experiência contemporâneo e, nesse sentido, surge visando ofertar um bálsamo para lidar com as angústias de sociedade neoliberal, ou seja, brota como mais um produto voltado para o apaziguamento do adoecimento existencial produzido pelo neoliberalismo. Enredados nas dinâmicas das redes sociais e dos algoritmos, nossos gostos e hábitos padecem de uma massificação sem precedentes e, como resultado, enfrentamos

uma deterioração dos nossos modos de existência e de nossa capacidade em conceber outros mundos possíveis⁴. Vivemos as possibilidades existenciais permitidas pelos algoritmos, responsáveis por dizer o que devemos assistir, quais músicas devemos consumir, quais causas devemos nos engajar, quais textos convém ler, em suma, no que devemos acreditar para viver uma vida mais feliz e plena.

Cada vez mais enredados nessa lógica, raramente conseguimos moldar nossa conduta de maneira autônoma e reflexiva, entregamo-nos a certos hábitos com facilidade e cedemos a reflexões elaboradas de véspera, pertencemos ao espectro político A ou B. Diante dessa aridez existencial, não surpreende a crise de ansiedade generalizada que nos acomete, sobretudo a juventude, derivada daquilo que Fischer (2020) denominou de hedonismo depressivo, uma condição de letargia que nos faz buscar apenas sensações de prazer e nada mais. Nessa sociedade, estamos sempre em busca de uma novidade, algo inédito capaz de nos conferir alguma espécie de prazer, e nada parece ser capaz de suprir essa demanda a contento, por isso vivemos em um eterno estado de espera, aguardando a próxima novidade capaz de gerar alguma espécie de alívio ou alegria, ainda que por um átimo.

Fischer (2020), em seu seminal *Realismo Capitalista*, nota que em nossa sociedade vigora aquilo por ele denominado de impotência reflexiva. Presos nessa lógica algorítmica, não conseguimos pensar em soluções para além daquelas criadas pelo próprio capitalismo, quase sempre de teor reformista e incapazes de gerar laços comunitários outros. Essa situação tende a gerar um estado de imobilismo, uma letargia hedônica, no qual tudo deixa de fazer sentido e, por isso, qualquer tentativa de produzir engajamento não produz

⁴ Movimento atrelado à perda de um pensamento utópico, passível de ser notado na prevalência de discursos com teor reformistas ao invés de revolucionários. Fischer (2020) coaduna com tal perspectiva, bem como uma série de outros/as autores/as tal qual Nancy Fraser (2022).

mais que um vínculo efêmero em torno de uma questão pontual. Tal vínculo, ainda, apenas se consolida caso os indivíduos consigam vislumbrar ganhos pessoais ao longo do processo, alguma espécie de prazer. Caso isso não seja possível ou caso os ganhos pareçam não compensar o grau de engajamento exigido, os indivíduos tendem a focar sua atenção em outra coisa ou, simplesmente, desistir⁵. Nesse cenário, prossegue Fischer, o grau de adoecimento da população tende a aumentar cada vez mais. Privados de qualquer perspectiva de futuro, não são poucos os acometidos por acessos depressivos, ansiedade e patologias similares. Graças a esse adoecimento populacional, tornado regra, uma nova oportunidade de mercado surgiu: uma série de pensadores, preocupados em promover modos de existência mais salutares, surgem em uma velocidade impressionante na grande mídia, vendendo fórmulas filosóficas travestidas de autoajuda⁶. Ora, como explicar a depreciação da Filosofia em seu modelo escolar em paralelo a esse movimento de valorização de certo saber filosófico, altamente midiaticizado e travestido de autoajuda?

Sem dúvida, ao ser transmutada em mercadoria, a Filosofia adquire uma nova roupagem, em tese mais atrativa

⁵ Sintomático, nesse sentido, é o crescimento das discussões sobre a desistência como uma forma de resistência ao tempo presente, como o popular livro de Adam Phillips (2024), *Sobre Desistir*. Embora se trate de uma discussão interessante e bem conduzida, colocando em xeque o caráter ontológico do trabalho que moldou a sociedade contemporânea, tal livro acabou sendo apropriado pela grande mídia de forma acrítica, endossando certo discurso complacente de que desistir pode ser algo salutar. Para tanto, retirou-se dos argumentos do autor todo o seu verniz crítico ao neoliberalismo, transmutando o ato de desistir em apenas mais uma autoajuda contemporânea.

⁶ Charles Feitosa (2022), ao reconhecer a existência de uma Pop Filosofia, nota a força desse novo mercado e seu caráter pernicioso. Obviamente, como nota o autor, há discussões interessantes circulando, responsáveis por colocar a juventude em contato com a Filosofia e, assim, instigá-los a prosseguir com os seus estudos de forma mais rigorosa.

e interessante do que aquela ofertada nas escolas, soando, cada vez mais, como um bálsamo capaz de retirar os indivíduos do imobilismo no qual foram lançados pelas novas dinâmicas sociais. Os conteúdos filosóficos, nesse diapasão, não devem se prestar para produzir uma reflexão ou um diagnóstico de nosso próprio tempo, mas servem para uma adequação a certas maneiras de se portar formatadas com antecedência pela lógica neoliberal. Nesse sentido, seguindo o lastro analítico aberto por Foucault (2008), esse discurso filosófico midiaticizado atua como uma das facetas da governamentalidade ⁷ neoliberal, atuando em prol da formação de condutas adequadas àquelas esperadas por um consumidor padrão responsáveis por erigir o *homo oeconomicus*. Para otimizar seu efeito, acreditamos, convém restringir a circulação e o acesso a qualquer espécie de conteúdo ou saber voltado para a promoção de reflexões sobre o estado de coisas atuais e, por esse motivo, desde meados da década passada assistimos ao recrudescimento dos ataques às disciplinas de caráter mais reflexivo, dentre elas a Filosofia. Esse ensaio visa problematizar o cenário acima delineado, apresentando uma reflexão sobre o desprestígio contemporâneo da Filosofia em seu formato escolar, muito

⁷ Foucault assim definiu a governamentalidade: “[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’ creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’”. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

atrelado às novas dinâmicas neoliberais e seu impacto para a educação escolarizada, e buscando pensar as potências emancipadoras de certos *exercícios filosóficos* que tornariam essa disciplina algo no mínimo perigoso.

Para tanto, optamos por seguir o seguinte excursus de pensamento. Em primeiro lugar, experimentaremos apresentar algumas discussões contemporâneas sobre a lógica neoliberal, responsável por instigar o discurso que compreende a Filosofia em sua forma escolar como um saber desinteressante e inútil. Na sequência, a partir de certas discussões foucaultianas, rascunharemos alguns apontamentos sobre o caráter tensionador e desconfortante dos exercícios filosóficos, exercícios extemporâneos sempre a favor de um tempo porvir, pouco coadunados com as demandas práticas da atualidade e, por esse motivo, definida como algo perigoso para os poderes estabelecidos. Esse ensaio, que não se pretende exaustivo, não procurará trazer qualquer solução, antes chamar a atenção para um aspecto ainda pouco explorado pela literatura em torno do tema, qual seja: a insistência sobre o caráter desinteressante do exercício filosófico como uma forma de dizimar o seu eventual perigo. Acreditamos que uma série de diagnósticos contemporâneos, como aquele traçado por Fischer (2020), possibilitam-nos apreender a origem desse discurso e o modo como ele opera para o empobrecimento da experiência filosófica em nossa contemporaneidade. Em nossa compreensão, ainda, parece que há tempos a Filosofia, em seu formato escolar ao menos, afastou-se de sua mais importante missão, a problematização dos nossos modos de agir e pensar, cedendo espaço para um ensino cada vez mais burocratizado, conteudístico. Essa mudança surge em resposta às pressões externas cada vez mais presentes no universo escolar, modulado o ensino a fim de atender parâmetros avaliativos externos ou algo que o valha. Atendendo demandas previamente formatadas, coube à Filosofia se adaptar, concentrando esforços na transmissão

dos conteúdos privilegiados por uma gama de avaliações exteriores e deixando de lado o seu caráter disruptivo, interessado não tanto em transmitir conteúdos previamente formatados, mas em promover uma reflexão capaz de abrir novas perspectivas a partir de um questionamento incessante sobre aquilo que somos.

A construção do imperativo da felicidade

Em um diapasão foucaultiano (2008), a emergência da lógica neoliberal em meados do século XX carregou uma série de práticas de governo voltados para o ajuste das condutas alheias. Interessava a essa nova configuração econômica, promover um campo de práticas no qual discursos sobre a livre iniciativa e o empreendedorismo de si fossem vistos como algo salutar, bem como a livre concorrência e a competição desenfreadas de todos contra todos compreendida como algo natural à existência humana. O autoaprimoramento e a autoresponsabilização surgem como o lastro ético desse novo modelo, pilares para o surgimento daquilo que Foucault denomina de *homo oeconomicus*.

O homo oeconomicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro de troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (FOUCAULT, 2008, p. 310-311)

Ora, para os fins desse ensaio, interessa-nos notar como, na lógica neoliberal, a subjetividade gradativamente torna-se um dos principais produtos a serem comercializados. O investimento em si mesmo surgiria, no interior da prática de governo neoliberal, como um dos principais mantras mercadológicos. Atualmente, contudo, esse processo foi aprimorado e novas tecnologias de governo surgirão, sobretudo graças as redes sociais e seu modelo interativo, acentuando essa compreensão foucaultiano do *homo*

oeconomicus como um empresário de si próprio. Uma das expressões maiores desse acentuamento, acreditamos, pode ser recuperada se levarmos em consideração aquilo que, em algumas análises, tem sido denominado de imperativo da felicidade; um imperativo muito atrelado às dinâmicas das novas redes sociais.

Em uma pesquisa realizada no ano de 2015, chegou-se à estimativa de que a cada dois minutos eram produzidas “mais imagens que a totalidade de fotos feitas nos últimos 150 anos” (BEIGUELMAN, 2021, p.31). Essa overdose imagética, boa parte dela destinada a receber alguns segundos de fama em uma rede social qualquer, acentuou-se nos últimos anos. De acordo com a pesquisadora Gisele Beiguelman (2021), em *Políticas da Imagem: vigilância e resistência na dadosfera*, no ano de 2021, momento no qual vivíamos o segundo ano da pandemia que assolou a humanidade, atingimos a incrível marca de mil fotos por segundo sendo postadas em uma única rede social. Basicamente, ao longo daquele ano, produzimos mais imagens que todo o período Renascentista. Argumentou, então, Beiguelman:

A relevância desse fenômeno não é somente sua pujança quantitativa. São as transformações culturais e, portanto, qualitativas para as quais aponta. Os números, praticamente incontáveis, estão relacionados à popularização das câmeras. A essa popularização corresponde uma inédita multiplicação de sujeitos que passam a enquadrar e ser enquadrados nas telas, instaurando um processo de apropriação de imagem por novos perfis sociais que não tem precedes. (BEIGUELMAN, 2021, p. 32)

A imagem passou a representar um modo de ser, prenhe de uma perspectiva de vida que se deseja oferecer para o escrutínio alheio, expressão estética daquele *homo oeconomicus* neoliberal vislumbrado por Foucault. Cada foto, minuciosamente ensaiada, visa demonstrar para um grupo disforme de pessoas, a alegria e a beleza de ser aquilo que se é, ou melhor, aquilo que aparentemente gostaríamos de ser. Sujeitos alegres, satisfeitos em consumir uma refeição alguém

de seu orçamento em um restaurante que veio a se tornar um fenômeno nas redes, e hedonistas, sempre usufruindo das vantagens que a vida oferece por um não tão módico custo e muitas vezes às custas de um longo endividamento. Tais imagens não possuem necessariamente um caráter documental sobre aquilo que vivemos ou fazemos, mas ilustram a narrativa de uma forma de existência isenta de conflitos ou aflições da qual gostaríamos de usufruir, a imagem que corroboraria o sucesso alcançado devido a um bom gerenciamento de si próprio.

Vidas plenas, na qual mesmo as piores tragédias podem ser estetizadas e transmutadas numa imagem bela, capaz de comover, e/ou engraçada, recalcando alguma situação dolorosa ou incômoda, marcando a nossa força para superar obstáculos quaisquer. Obviamente que essa profusão de imagens dialoga com certo discurso neoliberal, interessado na promoção de um pensamento individualista no qual não cabe espaço para dores e tragédias de caráter social, a não ser em engajamentos efêmeros por meio de *hashtags* e envoltas em um discurso de superação, e na qual tudo deve soar agradável e reconfortante. Dentro desse modo de pensamento, os indivíduos devem se autorresponsabilizar por suas conquistas e suas falhas, a despeito de dificuldades estruturais ou conjecturais, e transformá-las em histórias de superação, cases de sucesso individual. Preocupações de ordem mais geral, reflexões sobre o estado das coisas são logo deslegitimados, considerados como algo negativo e, por esse motivo, pouco enriquecedor. Ora, ao longo desse processo, a educação não passou ilesa.

Em *The Happiness Effect: how social media is driving a generation to appear perfect at any cost*⁸, Donna Freitas (2017) faz considerações importantes sobre como essa mudança

⁸ Em tradução livre: O efeito da felicidade: como as mídias sociais estão conduzindo uma geração a parecer perfeita a qualquer custo.

social impactou a educação das novas gerações. Para a autora, as instituições educacionais cada vez mais são pressionadas a abolir formas de avaliação capazes de negatizar a autoimagem dos estudantes, produzindo uma sensação de fracasso e/ou derrota que dificilmente seriam adequadamente pelo corpo discente. Em sua pesquisa, realizada em uma ampla gama de instituições de ensino superior estadunidenses, Freitas traçou a seguinte consideração:

As faculdades e universidades que visitei são incrivelmente diversas – em termos geográficos, étnicos, socioeconômicos, de filiação religiosa (ou laicas) e de prestígio. Em todas, um tema comum e central surgiu como a questão mais urgente a respeito das mídias sociais: a importância de parecer feliz. E não apenas feliz, como alguns estudantes me informaram, pleno, em êxtase, capaz até mesmo de inspirar os outros. (FREITAS, 2017, p. 13, tradução nossa)

Aparentar ser feliz, eis o novo imperativo. Um imperativo interessante, uma vez que essa felicidade não necessariamente vem configurada de véspera. Nessa nova realidade, a felicidade pode assumir muitas formas: a conquista de um bom emprego, um relacionamento saudável, uma vida mais ativa, a conquista do corpo perfeito, viagens a lugares exóticos etc. Curiosamente, conforme o levantamento realizado por Freitas (2017), embora essa felicidade não possua uma forma homogênea, todas as suas configurações envolvem o universo do consumo. A expressão de desejos como abandonar a universidade e viver de modo itinerante só aparecem aceitáveis quando envolvem a conquista de uma estabilidade financeira que garanta certo conforto, compreendendo conforto como acesso irrestrito a bens materiais, senão tal narrativa restaria presa a uma noção negativa de fracasso.

Nessa nova estética neoliberal, em suma, deparamos com modos de vida configurados de véspera, com pouca variação a não ser em relação àquilo que se pode/deve consumir. Felicidade, nesse sentido, confunde-se com o

próprio ato de consumir, como se em uma relação causal – quanto mais eu consumo, mais próximo de minha felicidade estou. O consumo, portanto, expressaria a vitória do *homo oeconomicus*, sendo a marca distintiva daqueles/as que se entregaram e de corpo e alma aos processos de regulação de si promovidos pelo neoliberalismo. Processos que não envolvam o consumo imediato de algo, por seu turno, podemos pensar na aquisição de alguma espécie de conhecimento complexo que não resulte em um prazer imediato ou produto acabado, acabam soando como desinteressantes, desagradáveis, inúteis e por aí afora. Esses processos longos, como qualquer processo formativo, soam como desvios de rota, processos que afastariam a juventude da verdadeira felicidade prometida pelo consumo e única forma de atestar aos demais o seu sucesso. Por esse motivo, ainda segundo Freitas (2017), crescem as demandas para que as instituições educacionais passem a operar como espaços para aquisição de saberes pontuais apenas, mantenedora do mínimo de saberes necessários para garantir à juventude uma carreira de sucesso, atrelada ao ganho de um salário e assim por diante⁹. Em algumas áreas, ainda, a formação ofertada parece soar como algo desnecessário, algo que poderia ser adquirido individualmente ou em outros espaços – Freitas cita, entre essas formações, a de Filosofia –, sendo que a matrícula em uma instituição superior só serve para garantir o acesso ao diploma.

Edgar Cabanas e Eva Illouz (2022), discutindo esse imperativo da felicidade pelo consumo, denominaram a era em que vivemos como aquela da prevalência da happycracia, uma era marcada por uma busca incessante das pessoas por

⁹ Não surpreende, portanto, o ingresso maciço de instituições privadas no universo escolar, com seus projetos pretensamente renovadores e interessados em dinamizar o currículo padrão. Com um forte apelo as competências socioemocionais, pretendem tornar o ensino algo mais acolhedor e pacificado. Para uma discussão desse processo ver (CATINI, 2021).

felicidade. Nesse ambiente, para os autores, no qual aparentar ser feliz e pleno se sobressai em relação a qualquer outro imperativo, opera-se um processo de infantilização dos/as educandos/as, ou seja, a constante e imediata preocupação com o próprio estado emocional adquire maior relevância do que a aquisição de qualquer ganho intelectual advindo de um árduo trabalho sobre si. Embora comentando sobre a seara educacional, essa lógica transcende o espaço escolar. Mark Fischer (2020), corroborando essa perspectiva, ao comentar a falta de engajamento juvenil na Inglaterra, nota como a maioria dos jovens reconhece que a situação econômica-social vai mal, reconhece a importância da educação para uma mudança maior, mas não deseja fazer nada além de continuar com suas vidas hedônicas, nada além de buscar a felicidade por meio do consumo de bens e produtos, compartilhando sempre que possível suas conquistas nas redes sociais do momento que corroboram a narrativa de sucesso ali construída e, nesse processo, extraindo o máximo de prazer possível.

Não se trata, no prognóstico do autor, de uma apatia generalizada, mas de um hedonismo depressivo surgido do elevado grau de adoecimento juvenil. Cada vez mais, a juventude vem apresentando índices agudos de ansiedade, dificuldades de aprendizado e outras patologias de muitas ordens, situações tratadas como individuais apenas. Raramente tais síndromes são coligadas com as condições de existência desses jovens, muitos assistindo à diminuição de seu poder aquisitivo, presos às residências parentais e, portanto, presos às projeções de vida de seus genitores, cada vez mais irrealizáveis, e assim por diante. Trata-se de uma geração que vive uma situação de pauperismo nunca vista e que, por isso, encontrou nas redes sociais um meio para canalizar suas angústias, criando uma vida presa a uma narrativa muito mais agradável do que aquela realmente vivida. Ali, nas redes, essa juventude goza de certa liberdade,

raramente demonstra sua vulnerabilidade, festeja constantemente etc. Nas redes, elas vivem a happycracia e sua promessa de uma vida mais agradável e plena; ali, elas podem viver o hedonismo depressivo do qual comenta Fischer, uma condição “constituída não tanto por uma incapacidade em se obter prazer e mais pela incapacidade de fazer qualquer outra coisa senão buscar prazer” (2020, p. 44)

Em nosso país, a happycracia adentra no espaço escolar por meio das ditas competências socioemocionais, tão caras à BNCC. Foucault (2008) já havia notado, em *Nascimento da Biopolítica*, como na lógica neoliberal a educação do *homo oeconomicus* tornou-se um processo voltado para garantir a modulação das habilidades e competências dos sujeitos, mormente em seus aspectos emocionais. Autocontrole, resiliência e tantas outras formas de conduta surgiram como formas de garantir um bom gerenciamento de si, atitudes fundamentais para todo e qualquer empresário de si próprio. Atualmente, contudo, assistimos ao reforço desse discurso por meio do imperativo da felicidade. Compreendidas como um complemento às competências cognitivas/acadêmicas, essas competências socioemocionais se caracterizariam por um conjunto de habilidades – como as de ouvir com empatia, utilização de uma fala clara e objetiva, princípios de cooperação com a comunidade e assim por diante¹⁰ – capazes de gerar um ambiente mais acolhedor e agradável, benfazejo. Embora o exemplo privilegiado pela BNCC seja o combate à prática de *bullying*, essas competências dão o tom de todo o processo

¹⁰ Tais expressões figuram na própria BNCC que, em seu site, disponibilizou uma longa discussão sobre essas competências: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying#:~:text=Relacionam%2Dse%20com%20as%20habilidades,outro%20quando%20for%20o%20caso>. Último acesso: 07 de março de 2024.

formativo que, doravante, não deverá produzir qualquer situação de desconforto, mesmo levando em consideração processos nos quais alguma forma de desconforto lhe sejam inerentes – como processos avaliativos, por exemplo.

Dentre os defensores dessas competências, encontramos inúmeras fundações financiadas por grandes grupos empresariais que, cada vez mais interessadas em reformas educacionais de muitas ordens, pregam a necessidade de reformularmos o currículo escolar. Obviamente que, em um simples gesto associativo, a agradabilidade curricular assume a forma da preparação para o mercado de trabalho. Sem dúvida que, para tornar a escola um lugar mais agradável, ela precisa passar a dialogar com os projetos de vida dos/as estudantes, com suas aspirações e desejos, com seus anseios consumistas que, caso concretizados, promoverão a felicidade e certo grau de prazer. E esses desejos, como podemos pressupor, implicam a rápida inserção em um mercado de trabalho cada vez mais precarizado e competitivo, de modo que essa juventude possa conquistar seus sonhos da forma mais rápida possível e, assim, conquistar a felicidade prometida.

Bem, desnecessário insinuar que, nesse cenário delineado acima, discussões incapazes de contribuir com esse fluxo formativo devem obrigatoriamente ceder espaço para conteúdos mais relevantes e úteis, sobretudo aqueles ligados a certos discursos de empreendedorismo. De fato, em uma era de tanta precariedade, a juventude só pode contar consigo própria para a conquista de seus objetivos. O hedonismo depressivo das novas gerações implica uma entrega irrefletida aos desmandos da sociedade empreendedora, uma vez que vigora a ilusão de que não há nada possível de ser feito contra o estado de coisas instituído e só nos resta tentar viver os pequenos espaços de felicidade que o consumo nos oferece, pequenos e efêmeros prazeres consumistas. Incapazes de pensar vínculos sociais mais sólidos ou formar redes de

solidariedade mais robustas, nada resta para a juventude senão a desagregação de vínculos comunitários a fim de buscar, cada qual a seu modo, a concretização de seus sonhos. Parece-nos que, dentro dessa nova configuração, a cultura individualista do *homo oeconomicus* vislumbrada por Foucault (2008) não apenas se manteve ativa, como ganhou novos contornos e se fortaleceu, contribuindo para tanto justamente esse dito imperativo da felicidade.

Comentando esse processo, Carolina Catini (2021) nota o quanto nossa educação tem deixado de lado a formação cidadã em prol de uma formação empreendedora,

[...] deslocando a quimera da produção de igualdade por meio da participação política, para a ideologia da igualdade de capacidade produtiva pelo trabalho sem direitos, naturalizando o caráter seletivo e eliminatório do mercado de acionistas que não investe em quem não se engaja de maneira “inovadora” e “criativa” na própria exploração. (CATINI, 2021, p. 107)

Ora, esse empreendedorismo de si não passa de uma sombra do anseio de felicidade promovido pelas redes sociais, instrumentos de circulação dessas heroicas narrativas que desconsideram toda a precarização e todo o sofrimento psíquico desses indivíduos. As imagens de sucesso ventiladas nessas redes, bem como as narrativas motivacionais e/ou de superação que as ilustram, caminham compassadas com a promoção das competências socioemocionais e do discurso reformista acerca das instituições escolares. São efeitos da instauração dessa happycracia, dessa demanda pela felicidade a qualquer custo e dessa busca por prazer como única experiência possível.

O ensino de Filosofia diante do imperativo da felicidade

Diante desse cenário, a Filosofia, popularizada como uma espécie de autoajuda por diversos gurus midiáticos, ganha destaque. A Filosofia surge como uma terapêutica, mas não tal qual os antigos apregoavam, voltada para um exercício

constante e pouco agradável de questionamento daquilo que se é; antes lidamos com uma terapêutica voltada para fornecer discursos conciliatórios, um discurso capaz de conferir uma aura de autenticidade a qualquer idiosincrasia e, além disso, possibilitar o apaziguamento dessa angústia derivada da necessidade de sempre parecermos feliz. Discurso colonizado por influenciadores digitais ou pelos arautos das competências socioemocionais, a Filosofia se transmutou em uma ferramenta para afirmação de um eu infantilizado, preocupado em ser feliz a qualquer custo (CABANAR, ILLOUZ, 2022) e gozar os pequenos momentos de prazer disponibilizados pelo consumo (FISCHER, 2020). O imperativo da felicidade carrega a necessidade de que todo e qualquer processo necessita soar agradável ou útil, para não correr o risco de se ver cancelado ou abortado, seja por soar desagradável ou parecer ter pouca serventia prática, e algumas filosofias podem ser facilmente adaptadas a uma narrativa de superação ou algo que o valha.

A Filosofia, nesse sentido, contribui para a construção de narrativas conciliatórias, desde que abdique de qualquer tensionamento. Por esse motivo, não raro deparamos com frases de efeito extraídos de algum compêndio filosófico ou com estudantes ávidos/as por estudarem filosofia por acreditarem que assim aprenderão a lidar melhor com suas angústias – estes, geralmente, quando resolvem seguir os estudos em Filosofia no ensino superior, costumeiramente abandonam os cursos por não verem qualquer aplicabilidade imediata nessa formação¹¹. Sem dúvida, podemos facilmente explicar o sucesso de certo discurso filosófico dentro de meios midiáticos ao levar em consideração esse imperativo de

¹¹ Embora sejam poucos os estudos voltados para mensurar as causas da evasão nos cursos superiores de Filosofia, contudo não faltam reportagens sobre índices de evasão universitária que apontam esse curso como um dos com maior desistência.

felicidade, mas como explicar o seu descrédito dentro das instituições escolares?

Fischer (2020), mais uma vez, pensando no hedonismo depressivo da juventude, descreve as cenas de uma sala de aula britânica, em nada diferente das nossas. Ao entrar em sala, seus alunos são vistos “deitados sobre as mesas, falando constantemente, comendo sem parar (ou até mesmo, em algumas ocasiões, fazendo refeições inteiras)” (FISCHER, 2020, p. 45). Para o autor, esse cenário corrobora o fim do sistema disciplinar, seu verdadeiro colapso. Cada vez mais, seguindo a linha aberta por Gilles Deleuze (2002), a compartimentação espaço-temporal típica das sociedades disciplinares cedeu espaço para as tecnologias de controle de um novo modelo de sociedade, na qual nenhum processo se completa, na qual tudo deve ser consumido perpetuamente em uma velocidade sem precedentes. Diz-nos Deleuze:

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um “interior” como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. (DELEUZE, 2007, p. 220)

A escola cede espaço para a lógica da formação permanente, ideia responsável por transmutar a instituição escolar em um objeto senão anacrônico, descompassado com o dinamismo dos novos tempos, atrasado. Estamos na escola, mas lidando com uma ideia formativa retirada do universo produtivo. Quando chegamos, por seu turno, ao mercado de trabalho, lidamos com o imperativo de continuar aprendendo. Nenhum fluxo se encerra totalmente, nenhum processo tem fim, estamos o tempo todo em dívida e somos demandados a nos abrir para todo e qualquer fluxo, pois isso atestaria o nosso dinamismo e nossa capacidade de nos adequarmos aos novos tempos. Jacques Rancière (2022), ao comentar esse processo,

compreende que as demandas do universo produtivo, sua demanda por uma aprendizagem específica voltada para o atendimento de suas próprias necessidades, colonizou o espaço escolar, um espaço responsável por promover um tempo-espaço qualitativamente diferente, livre dos imperativos do mundo do trabalho ou do espaço privado da família. A crise da escola, para Rancière, apenas importaria e replicaria a seu modo a crise da aprendizagem instaurada no universo do trabalho, uma crise derivada de uma precarização sem precedente e, por isso, demandante de uma mão-de-obra ultra especializada e, ao mesmo tempo, adaptável às novas e péssimas configurações trabalhistas.

Não surpreende, assim, que as instituições escolares, como há muito conhecíamos, perderam o seu atrativo: ora, por qual razão se entregar horas a fio para um processo formativo antiquado que, ao fim, pouco resultado trará? O aprendizado maior, aquele que garantirá uma vida de muitos ganhos financeiros, advirá do próprio mercado de trabalho, cada vez mais precarizado e cada vez mais capaz de criar suas próprias regras de exploração. Se aquilo que devo aprender exige uma entrega sem senões para esse universo em franca decadência, por qual razão continuar com a formação escolar? Não seria mais adequado abandonar a escola e começar a se entregar ao universo do trabalho e, se possível, a fim de ganhar tempo, convém fazer ambos ao mesmo tempo? Sem perceber, voltamos ao pensamento tecnicista, pragmatista, característico do regime militar. A perda de um sentido imediato somada ao desejo de felicidade a qualquer custo, torna as instituições de ensino e seu conteúdo completamente entediantes e inúteis. Pensando sobre esse processo, Fischer relata sua própria experiência:

Peça aos estudantes para que leiam mais que umas tantas linhas e muitos – mesmo estudantes com boas notas – irão protestar alegando que não podem fazê-lo. A reclamação mais frequente que professores ouvem é a de que é entediante. [...] Estar entediado significa apenas estar afastado da matriz

comunicativa de sensação-estímulo das mensagens eletrônicas, do YouTube e do fast food; estar privado, por um momento que seja, do fluxo constante de gratificação açucarada sob demanda. Alguns estudantes querem Nietzsche da mesma maneira como querem um hambúrguer; sem entender – e a lógica do sistema de consumo estimula essa falha de compreensão – que o indigesto, a dificuldade, é Nietzsche. (FISCHER, 2020, p. 46-47)

Diante da discussão supramencionada, compreendemos por qual razão a Filosofia, enquanto disciplina escolar, soa desnecessária, desagradável inclusive. O prazer passível de ser extraído da leitura de um compêndio filosófico e sua discussão em sala parece demandar horas de estudo, horas de privação de prazer e, o mais importante, horas preciosas que poderiam ser utilizadas para aproximar a juventude de seu sonho, de sua felicidade, por meio da aquisição de conhecimentos mais práticos que, em tese, seriam aproveitados no mundo do trabalho. Em contrapartida, um simples vídeo de cinco minutos explicando Nietzsche com uma linguagem acessível e o transmutando no arauto do “seja você mesmo” pode adquirir milhões de acessos e, além disso, motivar toda uma juventude que, doravante, passará a citar Nietzsche sempre que possível, quicá em suas redes sociais ou até mesmo em uma entrevista de emprego. Nas redes sociais, a apropriação de certas filosofias serve para a promoção de uma vida conformada aos imperativos neoliberais vigentes, alimentando o hedonismo depressivo da juventude e gerando conformação a padrões estabelecidos. Afinal, nessa sociedade, o sofrimento não advém de causas sociais, mas de uma inadequação do indivíduo à sociedade, sua falta de conformação com os processos naturais que não podem mais ser transformados, quando muito apenas reformados (FISCHER, 2020).

Não se trata aqui de pontuar um uso válido e um uso inválido da Filosofia, longe disso, antes buscamos apenas apresentar um diagnóstico sobras as causas responsáveis pela produção desse paradoxo que torna a Filosofia ao mesmo tempo algo agradável e desagradável. Precisamos

compreender que essa discussão segue uma mudança mais profunda, uma mudança responsável por estimular uma constante busca pela felicidade, a dita *happycracia* de Cabanas e Illouz (2022), em detrimento de qualquer processo desagradável de longo prazo que, a princípio, parece incapaz de promover uma mudança nos modos de vida (FISCHER, 2020). Nesse sentido, a crise da Filosofia em seu formato escolar é também uma crise de sentido da própria escola, cada vez mais descompassada com o novo modelo de sociedade preconizado por Deleuze (2002). Ora, conviria perguntar, por qual razão a escola não está sob ataque, mas apenas a Filosofia e uma série de outras disciplinas? Várias respostas poderiam ser aqui elaboradas, como aquelas que pensam a necessidade de se formar um capital humano limitado, portador de saberes meramente pragmáticos – leitura, escrita e operações matemáticas básicas –, mas optamos por seguir uma outra vereda, sobretudo devido ao fato de o ataque à Filosofia não ser algo recente apenas, pelo contrário. Se hoje a escola vivencia sua crise institucional, a Filosofia há tempos lida com esse problema. De um saber meramente enciclopédico até a constatação de sua inutilidade, parece que pouco ou nada mudou. A Filosofia, enquanto disciplina escolar, parece apenas soar interessante caso sirva a interesses específicos: a formação de uma elite cultural ou mesmo a promoção de uma conformação aos padrões normativos vigentes, um apaziguamento da angústia. Michel Foucault (2011; 2023), comentando sobre o exercício filosófico, insiste na Filosofia como um gesto perigoso, um gesto de afronta aos poderes estabelecidos e que, por esse motivo, sempre procurou ser dominado, calado. A sua neutralização em uma disciplina conteudística ou em um saber neutralizado, reiterativo das dinâmicas sociais vigentes, não passa de uma forma de domesticá-la, mas a Filosofia sempre atuou em prol de uma outra coisa: uma transformação dos nossos modos de pensar e de agir, da nossa existência em suma. Pensando na

especificidade do discurso filosófico e sua incompatibilidade com essa nova lógica neoliberal, gostaríamos de desenvolver alguns comentários a partir de um diálogo com a compreensão foucaultiana acerca dos *exercícios filosóficos*, gesto máximo de afronta aos poderes estabelecidos.

A extemporaneidade do discurso filosófico

Os ataques à Filosofia, em síntese, replicam uma mesma ladainha: a Filosofia seria um saber inútil, sem qualquer aplicabilidade imediata e, em tese, incapaz de contribuir para a vida profissional dos/as estudantes. Tais ataques, poderíamos afirmar, dialogam com certa perda de sentido do universo escolar. A escola, sobretudo nas últimas décadas, deixou de ser compreendida como um espaço engajado em promover uma formação para a cidadania, restringindo seu escopo formativo à aquisição de certas habilidades e competências – conforme certo jargão empresarial que tomou de assalto a BNCC e outras tantos documentos normativos do campo educacional. Essa mudança, conforme nota Marilena Chauí (2013), expressaria o domínio da ideologia das competências, responsável por conceder um descomunal prestígio e poder ao conhecimento científico e tecnológico, compreendendo-os como os únicos saberes socialmente válidos. A escola, assim, passa a buscar formar indivíduos competentes, compreendendo estes como aqueles possuidores de certos conhecimentos práticos, e habilidosos, aptos para aprimorarem as competências adquiridas e aplicá-las em situações específicas que as demandem. Trata-se de uma formação, podemos perceber, voltada para o mundo do trabalho apenas, uma vez que apenas dentro desse universo esses saberes adquirem sua relevância. Diante desse horizonte, disciplinas como a Filosofia dificilmente podem operar sob a égide dessa ideologia das competências, visto que a reflexão filosófica raramente pode se transmutar em um saber técnico ou científico. Não apenas, a própria escola, pensada como

uma instituição voltada para a promoção de cidadãos autônomos e sujeitos críticos, ao menos conforme apregoam certas normativas, soa como algo anacrônico e, por esse motivo, urge reformá-la, a fim de adaptá-la aos novos tempos, à nova ideologia. Poderíamos seguir por esse caminho, analisando as incompatibilidades da disciplina de Filosofia com essa dita ideologia das competências, mas não será esse o nosso objetivo, antes gostaríamos de, em companhia de Foucault, pensar algumas especificidades do exercício filosófico e a dificuldade de transmutá-lo em um saber palatável aos novos tempos.

De algum modo, ao menos em um diapasão foucaultiano, aqueles que insistem no fato de a Filosofia ser um saber inútil não deixam de ter sua razão. No curso *Le Discours Philosophique*, retomando uma conhecida cantilena heideggeriana¹², Foucault (2023) insiste nessa inutilidade do fazer filosófico, compreendendo-o como uma terapêutica que não se submete a qualquer princípio norteador vindo do exterior, sobretudo aqueles vindos do mundo do trabalho. Essa terapêutica se definiria por um conjunto de exercícios por meio dos quais o pensamento toma a si próprio como problema, buscando pensar seus limites e sua potência; por meio desse jogo, passamos a questionar aquilo que pensamos e o modo como agimos. A compreensão da Filosofia como uma espécie de exercício, mais do que um conjunto ordenado de

¹² Em suas preleções, Martin Heidegger constantemente retoma a questão da inutilidade da filosofia, insistindo que: “a filosofia é muito mais o saber que abre, antecipando-se por meio de um salto, novos âmbitos de questões e novos aspectos da questão, um saber acerca da essência constantemente autoveladora das coisas. Exatamente por isso, esse saber nunca pode se transformar em algo útil. A meditação filosófica nunca produz um efeito, se é que o produz, senão de maneira mediata, na medida em que prepara, para todo comportamento, novos ângulos de visão e novos critérios para toda decisão. [...] Por isso, precisamos dizer: a filosofia é o saber imediatamente inútil, apesar de soberano, sobre a essência das coisas” (HEIDEGGER, 2020, p.7). Em uma de suas aulas, Foucault (2023) retornara ao adágio heideggeriano, enunciando sua filiação a tal compreensão.

saberes, sempre esteve presente no corpus foucaultiano. Certa feita, por exemplo, Foucault argumentou:

Sabe, não tenho certeza de que a filosofia exista. O que existe são “filósofos”, ou seja, uma certa categoria de pessoas cujas atividades e discursos muito variaram de uma época à outra. O que os distingue, assim como os poetas e os loucos, seus vizinhos, é a partilha que os isola, e não a unidade de um gênero ou a constância de uma doença. (FOUCAULT, 2011, p. 188)

À época, responsável pelo Departamento de Filosofia de Vincennes, Foucault respondia ao ministro francês da Educação Nacional, Olivier Guichard, que havia informado ao presidente daquela instituição sua intenção em não conceder a licenciatura aos egressos do Departamento de Filosofia, por considerar que a formação ali ofertada era demasiado particular e muito distante dos padrões esperados para um professor dessa disciplina. Foucault (2011), em *A armadilha de Vincennes*, teceu uma longa resposta ao ministro, considerando a concepção de Filosofia que embasava o parecer de Guichard bem como o papel formativo do professor de filosofia. Ora, disse então Foucault, a Filosofia sempre representou uma ameaça aos poderes estabelecidos e, por esse motivo, constantemente se viu vítima de ações voltadas para sua neutralização. Compreendida como uma disciplina de formação geral, era demandado do ensino de Filosofia a formação de uma consciência político-moral, uma instigação à reflexão, mas a uma reflexão que jamais colocaria em questão os poderes estabelecidos – seguindo, assim, a famosa posição kantiana do “pensai o quanto quiserdes, mas obedeci”. Para Foucault, contudo, o exercício filosófico, por mais que pudesse se adequar a esse sentido vindo do exterior, jamais deixou de questionar o papel de diretor de consciência que desejavam imprimir-lhe e, por esse motivo, sempre quando de uma reforma educacional, acabava sendo atacado e condenado, considerado um saber inútil e assim por diante.

Ao criar o departamento de Vincennes, Foucault buscou pensar um ensino de Filosofia que não se restringisse a

transmissão de conteúdo ou das regras de funcionamento do discurso filosófico. A formação filosófica ali ofertada não deveria servir aos interesses do estado, não deveria buscar formar professores versados nos clássicos da filosofia, tampouco uma elite intelectual apta a assumir o papel de diretores de consciência. Antes, tratava-se de uma formação voltada para o exercício da problematização, algo que sempre caracterizou o pensamento foucaultiano (referência omitida), um exercício voltado para tensionar aquilo que somos ou fazemos. Encontramos de maneira sucinta a compreensão foucaultiana desses exercícios no segundo volume de sua *História da Sexualidade*, intitulado *O Uso dos Prazeres*, no qual Foucault aponta o quão irrisório é a atividade filosófica quando ela se propõe a “fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua” (FOUCAULT, 2010, p. 15). Contra essa concepção, uma outra, mais ensaística, intitulada de exercícios filosóficos e voltada para “liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente” (FOUCAULT, 2010, p. 16).

O exercício filosófico, confiando na definição dada pelo autor, compreendido como um trabalho do pensamento sobre si próprio, independe de regras estritas e não busca produzir nada senão um diagnóstico. Esse diagnóstico, voltado para a interpelação de nossa atualidade¹³, implica não só pensar o

¹³ Foucault, ao pensar a Filosofia como o traçado de um diagnóstico, filia-se à tradição crítica kantiana, compreendendo-a como uma radicalização da Filosofia como problematização de nossa atualidade. De algum modo, segundo Foucault (2021), a Filosofia sempre tangenciou essa questão do tempo presente, mas privilegiando o tempo lógico ao invés do tempo histórico. A função do comentário sempre garantiu esse lugar, mas apenas com Kant, na concepção foucaultiana, a Filosofia passa a se preocupar com o estado atual das coisas, problematizando as lógicas de dominação ativas em uma determinada época/comunidade.

estado de coisas atuais, mas assumir uma posição diante dessa atualidade. Essa atitude, compreendida por Foucault como uma atitude eminentemente crítica (2021), tensiona os nossos modos de pensar e agir, colocando sob juízo toda e qualquer autoridade, todo e qualquer discurso legitimador. Ora, por esse motivo, em um diapasão foucaultiano, o exercício filosófico estaria atrelado ao desenvolvimento das artes de governar os homens, uma forma de “procurar escapar a essas artes de governar ou, em todo o caso, de deslocá-las” (FOUCAULT, 2021, p. 34). Foucault (2011), compreendendo o exercício filosófico como algo indissociável da construção dessa atitude crítica às formas de governo supramencionada, defende tratar-se sempre de uma atividade que nos isola, mais do que nos integra.

Ora, esse diagnóstico objetivado pelos exercícios filosóficos, tensionador daquilo que somos e pensamos, estabelece uma tomada de distância em relação ao nosso próprio presente, ainda que um diálogo tensionado com o mesmo. Por se insinuar contra os imperativos que nos dizem como viver e como pensar, esse exercício almejado por Foucault coloca-nos em uma posição desconfortável, sempre na iminência de rompimento com a nossa comunidade, construída em torno de valores tidos como absolutos – como aqueles estruturantes da ética neoliberal. Há, por isso, em todo exercício filosófico um caráter extemporâneo, a favor de um tempo porvir e de uma comunidade ainda por ser inventada. Por essa razão, nesse diapasão foucaultiano, a Filosofia não atende a nenhuma demanda imediatista, derivando daí sua pretensa inutilidade. Como se não bastasse isso, a Filosofia implica uma constante afronta aos poderes estabelecidos, uma vez que essa sua base crítica implica necessariamente uma inquietude em relação ao próprio princípio legitimador de todo e qualquer governo. Conforme insiste Foucault:

Quero dizer que, nesta grande inquietude em torno da maneira de governar e na procura das maneiras de governar, identificamos uma questão perpétua que seria “como não ser governado assim, por esses, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por tais processos, não assim, não por isso, não por eles”. (FOUCAULT, 2021, p. 34)

Inútil, contudo perigosa, ou inútil, porquanto perigosa. Se a Filosofia, como uma expressão dessa atitude crítica vislumbrada por Foucault (2021), sempre se compreendeu como um desdobramento dos questionamentos sobre o governo dos homens, isso significa que ela sempre se colocou a serviço da problematização dos modos como somos governados e como governamos a nós mesmos. Àqueles/as que ousam experimentar um tal questionamento, tendencialmente buscam suspender os valores vigentes em prol de um modo de existência mais salutar, mais livre. Encontramo-nos, aqui, no coração da discussão sobre autonomia e heteronomia. De um lado, a posição foucaultiana seria partidária da busca por uma existência autônoma, na qual o exercício filosófico estaria atuando ao lado da promoção de uma vida menos condicionada por valores estrangeiros ou, ao menos, poderia se dizer ciente desses valores que governam nossa existência, seus princípios e objetivos. De outro lado, por parte daqueles que consideram tal exercício algo inútil, a tentativa de nos manter em uma condição de heteronomia, colocando-nos em um estado de inanição, incapazes de problematizar ou mesmo reagir aos valores que condicionam nossos modos de pensar e agir. Para estes últimos, a inutilidade desse exercício resulta de sua capacidade de nos afastar da felicidade socialmente possível, encarnada no consumo com suas mil promessas de futuro. Se, de fato, a construção desse diagnóstico foucaultiano nos isola mais do que integra, isso implica que, quanto mais próximos dessa atitude problematizadora, mais distantes das felicidades prometidas pelo consumo estamos, mais descrentes nos mundos do trabalho e assim por diante. Nesse diapasão,

portanto, a prática desses exercícios filosóficos de matriz foucaultiana nos coloca na contramão das tendências sociais contemporâneas, em uma afronta explícita aos ditames que regulam o funcionamento da sociedade neoliberal.

Poderíamos ir além, recuperando a discussão sobre Happycracia (CABANAR, ILLOUZ, 2022), esse exercício filosófico proposto por Foucault implica um constante trabalho do pensamento sobre si próprio que nos condena a um estado de perpétua angústia, uma vez que lidamos com um processo infinito de problematização daquilo que somos e pensamos, passível de tomar termo apenas com nossa morte. Ora, nesse mundo no qual a felicidade transmutou-se em um imperativo, um imperativo construído e propagado por discursos que nos dizem como viver e o que pensar, um exercício filosófico tal qual proposto por Foucault parece atuar na contramão desse ideal socialmente aceito; quiçá, apenas por meio desses exercícios podemos confrontar a lógica da competição desenfreada estruturante do *homo oeconomicus*.

Considerações finais

A Filosofia, como argumentamos, vive um estranho e paradoxal momento. De um lado, transmutada em autoajuda, usufrui de um grande prestígio. Não faltam produtos midiáticos ou publicações em redes sociais que se utilizem do pensamento de um ou outro filósofo para propagar alguma receita para uma vida mais benfazeja ou algo que o valha, auxiliando a governamentalidade neoliberal do *homo oeconomicus*. Por outro lado, em seu caráter escolar, padece os mais duros ataques, por não se conformar aos valores neoliberais vigentes e ao imperativo da felicidade em voga. Ao recuperarmos Foucault e sua compreensão dos exercícios filosóficos, contudo, podemos compreender os motivos que impedem a Filosofia de se conformar aos imperativos dos tempos atuais. Obviamente que, em diapasão foucaultiano, transmutada em disciplina escolar, a Filosofia não deve ser

confundida com um conjunto de saberes acumulados, um inventário quase enciclopédico de conceitos e discussões empreendidas desde os mais remotos tempos por indivíduos diversos que receberam a alcunha de filósofos. Antes, compreendida como um espaço formativo ímpar, o estudo da Filosofia, seja em âmbito universitário ou mesmo na Educação Básica, implica o exercício da problematização daquilo que somos: o traçado de um diagnóstico sobre o nosso próprio tempo, abrindo a oportunidade de questionarmos aquilo que pensamos e os modos como agimos. Compreender a Filosofia a partir desse horizonte implica abdicar de uma exposição mais conteudística, interessada no ensino de certos conceitos e correntes filosóficas, para a construção de um espaço dialógico interessado em promover debates e discussões mais vitais, pois interessados na problematização dos modos de existir daqueles/as presos/as naquele espaço. Vitalizar a Filosofia, pois. Eis uma tarefa que urge nos entregarmos, embora isso pareça cada vez mais impossível. Isso não significa o abandono da história da filosofia, mas um uso estratégico desta, convocada em momento oportuno para a ampliação de uma discussão qualquer. Em nenhum momento, contudo, isso tornará a Filosofia uma disciplina útil, ao menos não se nos apegarmos aos critérios neoliberais que atestam a utilidade ou não de um campo disciplinar, tampouco se considerarmos o imperativo da felicidade que vigora em nossa sociedade, mas sem sombra de dúvida a tornará uma atividade perigosa, como sempre o foi. Instauremos, pois, esse perigo.

Referências

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da Imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: UBU editora, 2021.

BOMENY, H. M. B. “Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.) **Constelação**

Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 11-35.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia:** fabricando cidadãos felizes. São Paulo: UBU Editora, 2022.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. "Formação para a traição: questões contemporâneas". In: BANNELL, Ralph Ings et al. (orgs.) **Filosofia da Educação:** entre a formação de educadores e a qualificação profissional. São Paulo: Cortez, 2017.

CATINI, Carolina. "Pedagogia da Catástrofe". In: **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 9, n. 3, p. 99-128, dez. 2021.

CHAUÍ, Marilena. "A ideologia da competência". In: CHAUÍ, Marilena. **A Ideologia da Competência:** Escritos de Marilena Chauí. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DELEUZE, Gilles. "Pos-scriptum sobre as sociedades de controle". In: DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 2002.

FEITOSA, Charles. **Transversões:** ensaios de filosofia e pedagogia POP. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2022.

FISCHER, Mark. **Realismo Capitalista:** é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, Michel. A armadilha de Vincennes. FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos VII:** arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 184-191.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Le Discours Philosophique.** Paris: Gallimard, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O Que é a Crítica?** Lisboa: Rés Editora, 2021.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: Reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista". São Paulo: Boitempo editorial, 2022.

FREITAS, Donna. **The Happiness Effect**: how social media is driving a generation to appear perfect at any cost. Ohio: Oxford University Press, 2017.

HEIDEGGER, Martin. **As Questões Fundamentais da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

OLIVEIRA, Guilherme Magalhães. **Da popularização da filosofia à expertise filosófica**: uma problematização do papel do intelectual na mídia (Revista CULT 1997-2013). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

PHILIPPS, Adam. **Sobre Desistir**. São Paulo: UBU editora, 2024.

RANCIÈRE, Jacques. "Escola, Produção, Igualdade". In: CARVALHO; José Sérgio Fonseca de (org.). Jacques Rancière e a escola: educação, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022. p. 75-106.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. "O ensino da Filosofia no Brasil no contexto das políticas educacionais contemporâneas em suas determinações legais e paradigmáticas". In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 46, v. 4, p. 69-82, out-dez 2012.

(Submissão: 25/04/24. Aceite: 25/10/24)